

**No. 37612**

---

**Brazil  
and  
Mexico**

**Arrangement in the field of health, supplementary to the Basic Agreement on scientific and technical cooperation between the Federative Republic of Brazil and the United Mexican States. Sao Paulo, 2 May 2001**

**Entry into force:** *2 May 2001 by signature, in accordance with article XII*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 25 July 2001*

---

**Brésil  
et  
Mexique**

**Arrangement dans le domaine de la santé, complémentaire à l'Accord de base relatif à la coopération scientifique et technique entre la République fédérative du Brésil et les États-Unis du Mexique. Sao Paulo, 2 mai 2001**

**Entrée en vigueur :** *2 mai 2001 par signature, conformément à l'article XII*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 25 juillet 2001*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E  
CIENTÍFICA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E OS  
ESTADOS UNIDOS MEXICANOS EM MATÉRIA DE SAÚDE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo dos Estados Unidos Mexicanos  
(doravante denominados “as Partes”),

Considerando que o parágrafo 2 do Artigo I do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, assinado em Brasília em 24 de julho de 1974, prevê a celebração de convênios complementares com vistas à implementação de programas e projetos em áreas de interesse mútuo;

Conscientes da importância que tem a cooperação para abordar os problemas de saúde comuns e os assuntos de saúde pública de interesse mútuo;

Animados pelo desejo de fortalecer as relações em matéria de saúde pública entre ambas as Partes;

Acordaram o seguinte:

ARTIGO I

O presente Ajuste tem por objetivo estabelecer as bases e mecanismos de cooperação entre as Partes, para o desenvolvimento de atividades de cooperação técnica e científica em matéria de saúde pública, tendo presentes os seguintes aspectos:

- a) fortalecer as relações estabelecidas na área da saúde entre instituições da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos;
- b) coordenar ou apoiar as atividades conjuntas que sejam consequência do presente Ajuste com as ações e objetivos de organismos internacionais, incluindo os da Organização Pan-Americana de Saúde (OPS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), e

- c) estimular, como seja procedente, o estabelecimento de relações diretas entre as instituições nos dois países, que não estejam sob a jurisdição direta dos respectivos Governos e de seus organismos de execução.

## ARTIGO II

Para alcançar o objetivo a que faz referência o Artigo I, as Partes deverão realizar ações de cooperação nas seguintes áreas:

- a) desenvolvimento dos serviços de saúde e a capacitação de recursos humanos para a saúde, incluindo, dentro do possível, a participação ou assessoria de especialistas e sub-especialistas em consultorias ou participação na resolução de problemas específicos;
- b) pesquisa, transferência e desenvolvimento tecnológico e científico em matéria de saúde pública, dentre outras, a reforma do setor da saúde, prestação e financiamento de serviços de saúde, subsídios à demanda e suas modalidades, avaliação dos serviços e da prestação dos mesmos, tecnologias sanitárias, sistemas de assistência à saúde, serviços de saúde a longo prazo e alternativas não institucionais para ampliar a cobertura; de forma particular no que se refere à legislação que define a participação de estados e municípios no financiamento dos sistemas de saúde;
- c) pesquisa biomédica e social;
- d) sistemas de informação básica de saúde e de epidemiologia, com a integração de telecomunicações, metodologias estatísticas e intercâmbio de informação;
- e) produtos autorizados que têm relação com a saúde, especificamente alimentos (incluídos suplementos dietéticos), drogas e medicamentos (incluídos os de caráter biológico), cosméticos, dispositivos médicos, produtos eletrônicos que emitem radiações e produtos relacionados com os anteriores;
- f) sistemas de prestação de serviços de assistência primária à saúde, bem como os aspectos relacionados com a participação comunitária;
- g) outras áreas da saúde pública, tais como: saúde ambiental, saúde ocupacional, saúde materno-infantil, controle de vetores, controles da raiva canina e o tratamento da raiva humana, imunizações, prevenção e controle de doenças diarreicas e cólera, DST/AIDS, promoção da saúde e participação comunitária, municípios e comunidades salubres, prevenção e tratamento do abuso de substâncias e câncer;

- h) assuntos relacionados com grupos vulneráveis, como os indígenas, mulheres, pessoas de idade avançada, pessoas com necessidades especiais, adolescentes e crianças, nutrição, migrantes e população fronteiriça;
- i) cooperação em caso de desastres naturais;
- j) fortalecimento das áreas de documentação e acervo bibliográfico nas ciências médicas e saúde pública;
- k) cooperação para troca de informações sobre processo de registro no que se refere a remédios e outros insumos para a saúde;
- l) cooperação nas áreas administrativas de aquisições (compras consolidadas), bem como em armazenagem e distribuição de insumos para a saúde, e
- m) qualquer outra área que possa ser identificada de comum acordo entre as Partes.

### ARTIGO III

A cooperação entre as Partes poderá efetuar-se, entre outras, por meio das seguintes modalidades:

- a) estrutura, estabelecimento e desenvolvimento de projetos nas áreas de cooperação, objeto do presente Ajuste;
- b) intercâmbio de informação técnica e científica;
- c) visitas de especialistas e profissionais;
- d) pesquisa conjunta;
- e) atividades de capacitação de recursos humanos para a saúde;
- f) organização de foros, seminários, workshops, simpósios e conferências.

#### ARTIGO IV

1. As Partes concordam em que as atividades referidas no presente Ajuste serão financiadas com fundos alocados de seus respectivos orçamentos e estarão sujeitas à disponibilidade de tais fundos, à designação de recursos, bem como às disposições jurídicas aplicáveis.
2. No caso de ser considerado necessário, as Partes poderão gestionar mecanismos de financiamento alternativos para o desenvolvimento dos projetos e atividades objetos deste Ajuste, com organismos internacionais, outros países ou outras fontes.
3. Os gastos serão sufragados de forma compartilhada, sob o mecanismo de financiamento alternado para atividades específicas, na forma que seja considerada apropriada.

#### ARTIGO V

A cooperação a que faz referência o presente Ajuste não afetará os direitos e as obrigações adquiridos pelas Partes em virtude de outros acordos dos quais façam parte.

#### ARTIGO VI

De conformidade com suas políticas nacionais, leis, regulamentos e procedimentos, bem como com a disponibilidade de fundos e alocação de recursos para o desenvolvimento dos projetos específicos, as Partes se comprometem a:

- a) designar, cada uma, um Coordenador ou responsável institucional das ações empreendidas no âmbito do presente Ajuste;
- b) indicar os recursos necessários para sufragar os custos de sua própria participação na execução das atividades derivadas do presente Ajuste;
- c) realizar o acompanhamento e avaliação das ações que sejam desenvolvidas no âmbito do presente Ajuste.

#### ARTIGO VII

Com a finalidade de realizar as ações de cooperação objeto do presente Ajuste, serão formalizados projetos de cooperação específica, que deverão incluir:

- a) modalidade de cooperação;

- b) duração;
- c) fase de execução;
- d) modalidade de financiamento
- e) alocação de recursos humanos e materiais; e
- f) qualquer outra informação que seja considerada necessária para a execução do projeto.

#### ARTIGO VIII

1. Com a finalidade de contar com um adequado mecanismo de acompanhamento e coordenação das atividades de cooperação derivadas do presente Ajuste, as Partes designam a Assessoria de Relações Internacionais do Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e a Direção Geral de Assuntos Internacionais da Secretaria de Saúde dos Estados Unidos Mexicanos como unidades encarregadas da execução deste Ajuste.

2. As Partes também estabelecerão um Grupo de Trabalho integrado por um número semelhante de representantes, que se reunirá alternadamente, de forma semestral, em ambos os países;

#### ARTIGO IX

1. O pessoal comissionado por cada uma das Partes permanecerá sob a direção e dependência da instituição à qual pertence, pelo que não serão criadas relações de caráter trabalhista com a outra Parte, que em nenhum caso será considerada como chefe substituto.

2. O pessoal enviado por uma das Partes à outra será submetido, no lugar de trabalho, às disposições da legislação nacional vigente no país receptor. Este pessoal não poderá dedicar-se a nenhuma atividade alheia a suas funções, nem poderá receber remuneração alguma fora das estabelecidas, sem prévia autorização das autoridades competentes.

3. Cada uma das Partes será responsável pelos acidentes que possa chegar a sofrer o seu pessoal ou pelos danos à sua propriedade, independentemente do lugar onde estes aconteçam, e não acionará a Justiça nem apresentará reclamação alguma contra a outra Parte, exceto em caso de negligência grave ou conduta dolosa, caso em que deverá ser paga a indenização correspondente.

4. Serão concedidas aos funcionários e peritos de cada uma das partes designados para trabalhar no território da outra, as facilidades previstas na legislação desta, a título de reciprocidade.

#### ARTIGO X

1. Todo o trabalho de auditoria ou avaliação sobre os fundos administrados por cada uma das Partes para efeitos do presente Ajuste, será realizado de conformidade com e pela(s) pessoa(s) designada(s) para esse fim.

2. Cada uma das Partes garantirá que os documentos, informações e outros dados resultantes da implementação deste Ajuste não deverão ser divulgados nem transmitidos a terceiros sem o prévio consentimento, por escrito, da outra Parte.

#### ARTIGO XI

Qualquer controvérsia derivada da interpretação e aplicação do presente Instrumento será resolvida de comum acordo e por meio de uma comissão integrada por um número igual de representantes de ambas as Partes, de cujas resoluções não se poderá recorrer.

#### ARTIGO XII

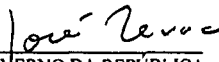
1. O presente Ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá uma duração de quatro (4) anos, prorrogáveis por períodos de igual duração, prévia avaliação e mediante comunicação escrita entre as Partes.

2. Este Ajuste poderá ser modificado por mútuo acordo entre as Partes, formalizado por meio de comunicações escritas nas quais estará especificada a data de sua entrada em vigor.

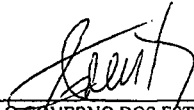
3. Qualquer uma das Partes poderá, a qualquer momento, suspender o Ajuste, mediante comunicação escrita dirigida à outra Parte, com noventa (90) dias de antecedência.

4. A suspensão antecipada do presente Ajuste não afetará a conclusão das ações de cooperação que tenham sido formalizadas durante sua vigência.

Feito em *São Paulo*, em 2 de maio de 2001, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

SR. JOSÉ SERRA  
Ministro de Estado  
da Saúde

  
PELO GOVERNO DOS ESTADOS  
UNIDOS MEXICANOS

DR. JULIO FRENK MORA  
Secretário de Estado  
da Saúde



[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

ACUERDO COMPLEMENTARIO AL CONVENIO BÁSICO DE COOPERACIÓN CIENTÍFICA  
Y TÉCNICA ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y LOS ESTADOS  
UNIDOS MEXICANOS EN MATERIA DE SALUD

El Gobierno de la República Federativa de Brasil

y

El Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos  
(adelante denominados “las Partes”),

Considerando que el párrafo 2 del Artículo I del Convenio Básico de Cooperación Científica y Técnica, firmado en Brasilia en 24 de julio de 1974, prevé la celebración de convenios complementarios con vistas a la implementación de programas y proyectos en campos de mutuo interés;

Conscientes de la importancia que tiene la cooperación para abordar los problemas de salud comunes y los asuntos de salud pública de mutuo interés;

Animados por el deseo de fortalecer las relaciones en materia de salud pública entre ambas Partes;

Han acordado lo siguiente:

ARTÍCULO I

El presente Acuerdo tiene como objetivo establecer las bases y mecanismos de cooperación entre las Partes, para el desarrollo de actividades de cooperación técnica y científica en materia de salud pública, teniendo presente los siguientes aspectos:

- a) fortalecer las relaciones establecidas en el campo de la salud entre instituciones de la República Federativa de Brasil y de los Estados Unidos Mexicanos;

- b) coordinar o apoyar las actividades conjuntas que se deriven del presente Acuerdo, con las acciones y metas de organismos internacionales, incluyendo las de la Organización Panamericana de la Salud (OPS) y la Organización Mundial de la Salud (OMS), y
- c) estimular, según proceda, el establecimiento de relaciones directas entre las instituciones en los dos países que no se encuentren bajo la jurisdicción directa de los Gobiernos respectivos y de sus organismos de ejecución.

## ARTÍCULO II

Para el logro del objetivo a que se refiere el Artículo I, las Partes llevarán a cabo acciones de cooperación en las siguientes áreas:

- a) desarrollo de los servicios de salud y la capacitación de recursos humanos para la salud, incluyendo, en lo posible, la participación o asesorías de especialistas y subespecialistas en asesorías o participación en la solución de problemas específicos;
- b) investigación, transferencia y desarrollo tecnológico y científico en materia de salud que incluya, entre otras, la reforma del Sector Salud, prestación y financiamiento de servicios de salud, subsidios a la demanda y sus modalidades, evaluación de los servicios y de la prestación de los mismos, tecnologías sanitarias, sistemas de atención a la salud, servicios de salud a largo plazo y alternativas no institucionales para extender la cobertura; de manera particular en lo relativo a la legislación que define la participación de estados y municipios en el financiamiento de los sistemas de salud;
- c) investigación biomédica y social;
- d) sistemas de información básica de salud y de epidemiología, con integración de las telecomunicaciones, metodologías estadísticas e intercambio de información;
- e) productos reglamentados que guardan relación con la salud, específicamente alimentos (incluidos suplementos dietéticos), drogas, y fármacos (incluidos los de carácter biológico), cosméticos, dispositivos médicos, productos electrónicos que emiten radiaciones y productos relacionados con los anteriores;
- f) sistemas de prestación de servicios de atención primaria a la salud, así como los aspectos relacionados con la participación comunitaria;

- g) otras áreas de la salud pública, tales como: salud ambiental, salud ocupacional, salud materno-infantil, control de vectores, control de la rabia canina y el tratamiento de la rabia humana, inmunizaciones, prevención y control de enfermedades diarreicas y cólera, SIDA/ETS, promoción de la salud y participación comunitaria, municipios y comunidades saludables, prevención y tratamiento del abuso de sustancias y cáncer;
- h) asuntos relacionados con grupos vulnerables como los indígenas, mujeres, personas en edad avanzada, personas con necesidades especiales, adolescentes y niños, nutrición, migrantes y población fronteriza;
- i) cooperación en caso de desastres naturales;
- j) fortalecimiento de las áreas de documentación y acervo bibliográfico en ciencias médicas y de salud pública;
- k) cooperación para troca de informaciones sobre el proceso de registro en lo referente a medicamentos y demás insumos para la salud;
- l) cooperación en áreas administrativas de adquisiciones (compras consolidadas), así como en almacenamiento y distribución de insumos para la salud, y
- m) cualquier otra área que pueda ser identificada por común acuerdo de las Partes.

### ARTÍCULO III

La cooperación entre las Partes podrá efectuarse, entre otros, a través de las siguientes modalidades:

- a) diseño, establecimiento y desarrollo de proyectos en las áreas de cooperación materia del presente Acuerdo;
- b) intercambio de información técnica y científica;
- c) visitas de especialistas y profesionales;
- d) investigación conjunta;
- e) actividades de capacitación de recursos humanos para la salud;

f) organización de foros, seminarios, talleres, simposios y conferencias.

#### ARTÍCULO IV

1. Las Partes convienen en que las actividades a que se refiere el presente Acuerdo se financiarán con fondos asignados en sus respectivos presupuestos y sujeto a la disponibilidad de tales fondos, a la afectación de recursos, así como a las disposiciones jurídicas aplicables.

2. En caso de considerarlo necesario, las Partes podrán gestionar mecanismos de financiamiento alternativo para el desarrollo de los proyectos y actividades objeto de este Acuerdo, con organismos internacionales, otros países u otras fuentes.

3. Los gastos se sufragarán de forma compartida, bajo el mecanismo de financiamiento alternativo para actividades específicas, según se considere apropiado.

#### ARTÍCULO V

La cooperación a que se refiere el presente Acuerdo no afectará los derechos y las obligaciones adquiridos por las Partes en virtud de otros acuerdos de los que formen Parte.

#### ARTÍCULO VI

De conformidad con sus políticas nacionales, leyes, reglamentos y procedimientos, así como a la disponibilidad de fondos y afectación de recursos para el desarrollo de los proyectos específicos, las Partes se comprometen a:

- a) designar, cada una, a un Coordinador o responsable institucional de las acciones emprendidas en el marco del presente Acuerdo;
- b) asignar los recursos necesarios para sufragar los costos de su propia participación en la ejecución de las actividades derivadas del presente Acuerdo;
- c) realizar el seguimiento y evaluación de las acciones que se desarrollen en el marco del presente Acuerdo.

#### ARTÍCULO VII

Con la finalidad de llevar a cabo las acciones de cooperación materia del presente Acuerdo, se formalizarán proyectos de cooperación específica, que deberán incluir:

- a) modalidad de cooperación;
- b) duración;
- c) fase de ejecución;
- d) modalidades de financiamiento;
- e) asignación de recursos humanos y materiales; y
- f) cualquier otra información que se considere necesaria para la ejecución del proyecto.

#### ARTÍCULO VIII

1. A fin de contar con un adecuado mecanismo de seguimiento y coordinación de las actividades de cooperación derivadas del presente Acuerdo, las Partes designan a la Dirección General de Asuntos Internacionales de la Secretaría de Salud de los Estados Unidos Mexicanos y a la Dirección de Relaciones Internacionales del Ministerio de Salud Pública de la República Federativa de Brasil, como unidades encargadas de la ejecución y evaluación del presente Acuerdo.

2. Asimismo, las Partes establecerán un Grupo de Trabajo integrado por igual número de representantes, que se reunirá alternadamente, de manera semestral, en ambos países.

#### ARTÍCULO IX

1. El personal comisionado por cada una de las Partes continuará bajo la dirección y dependencia de la institución a la que pertenezca, por lo que no se crearán relaciones de carácter laboral con la otra, a la que en ningún caso se considerará como patrón sustituto.

2. El personal enviado por una de las Partes a la Otra se someterá en el lugar de su ocupación a las disposiciones de la legislación nacional vigente en el país receptor. Este personal no podrá dedicarse a ninguna actividad ajena a sus funciones, ni podrá recibir remuneración alguna fuera de las establecidas, sin la previa autorización de las autoridades competentes.

3. Cada una de las Partes será responsable por los accidentes que sufra su personal o por los daños a su propiedad, independientemente del lugar en donde estos ocurran, y no entablará juicio ni presentará reclamación alguna en contra de la otra Parte, a menos que hayan sido consecuencia de negligencia grave o conducta dolosa, en cuyo caso deberá cubrirse la indemnización correspondiente.

4. Serán concedidas a los funcionarios y peritos de cada una de las Partes designados para trabajar en el territorio de la otra, las facilidades previstas en la legislación nacional de ésta, a título de reciprocidad.

#### ARTÍCULO X

1. Toda labor de auditoría o evaluación sobre los fondos administrados por cada una de las Partes para efectos del presente Acuerdo, se realizará de conformidad con y por la(s) persona(s) designadas por cada una de ellas.

2. Cada una de las Partes garantizará que los documentos, informaciones y otros datos resultantes de la implementación de este Acuerdo no deberán ser divulgados ni transmitidos a terceros sin el previo consentimiento, por escrito, de la otra Parte.

#### ARTÍCULO XI

Cualquier controversia derivada de la interpretación y aplicación del presente Instrumento será resuelta de común acuerdo a través de una comisión integrada por igual número de representantes de ambas Partes, cuyas resoluciones serán inapelables.

#### ARTÍCULO XII

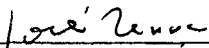
1. El presente Acuerdo entrará en vigor a partir de la fecha de su firma y tendrá una duración de cuatro (4) años, prorrogables por periodos de igual duración, previa evaluación y mediante comunicación escrita entre las Partes.

2. El presente Acuerdo podrá ser modificado por mutuo consentimiento de las Partes, formalizado a través de comunicaciones escritas en las que se especifique la fecha de su entrada en vigor.

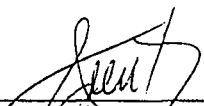
3. Cualquiera de las Partes podrá en cualquier momento dar por terminado el presente Acuerdo mediante comunicación escrita dirigida a la otra, con noventa (90) días de antelación.

4. La terminación anticipada del presente Acuerdo, no afectará la conclusión de las acciones de cooperación que hubieren sido formalizadas durante su vigencia.

Hecho en São Paulo, en 2 de mayo de 2001, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

  
POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DE BRASIL

DR. JOSÉ SERRA  
Ministro de Estado  
da Saúde

  
POR EL GOBIERNO DE LOS  
ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

DR. JULIO FRENK MORA  
Secretario de Estado  
da Saúde

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ARRANGEMENT DANS LE DOMAINE DE LA SANTÉ,  
COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE BASE RELATIF À LA  
COOPÉRATION SCIENTIFIQUE ET TECHNIQUE ENTRE LA  
RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LES ÉTATS-UNIS DU  
MEXIQUE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement des États-Unis du Mexique (ci-après dénommés " les Parties "),

Considérant que le paragraphe 2 de l'article premier de l'Accord de base relatif à la coopération scientifique et technique, signé à Brasilia le 24 juillet 1974, prévoit la conclusion d'accords complémentaires en vue de la mise en oeuvre de programmes et projets d'intérêt mutuel;

Conscients de l'importance que présente la coopération pour la solution des problèmes de santé communs et des questions de santé publique d'intérêt mutuel;

Désireux de renforcer les relations en matière de santé publique entre les deux Parties;

Conviennent comme suit :

*Article premier*

Le présent Arrangement a pour objectif d'établir les bases et les mécanismes de collaboration entre les Parties pour la réalisation d'activités de coopération technique et scientifique en matière de santé publique et notamment de :

- a) Renforcer les relations établies en matière de santé publique entre la République fédérative du Brésil et les États-Unis du Mexique;
- b) Coordonner et appuyer les activités conjointes résultant du présent Arrangement avec les actions et les objectifs des organisations internationales, notamment ceux de l'Organisation panaméricaine de la santé (OPS) et de l'Organisation mondiale de la santé (OMS); et
- c) Encourager en tant que de besoin l'établissement de relations directes entre les institutions des deux pays qui ne ressortissent pas directement à la compétence de leur Gouvernement respectif et de leurs organismes d'exécution.

*Article II*

Les Parties poursuivent l'objectif dont il est question à l'article premier par des actions de coopération dans les domaines suivants :

- a) Développement des services de santé et de la formation de ressources humaines pour la santé, y compris, autant que possible, la participation ou la consultation de techniciens et d'experts conseils spécialistes de la solution de problèmes spécifiques;



- b) Recherche, transferts de technologie et développement technique et scientifique en matière de santé, concernant notamment la réforme du secteur de la santé, la prestation et le financement des services de santé, les financements sur demande et leurs modalités, l'évaluation et la prestation de ces services, les technologies sanitaires, les systèmes de soins, les services de soins de longue durée et l'élargissement de la couverture par les soins à domicile; de façon particulière en ce qui concerne la législation définissant la participation des États et des municipalités au financement de la santé;
- c) Recherche biomédicale et sociale;
- d) Systèmes d'information de base en santé et épidémiologie, intégrant les télécommunications, les méthodologies statistiques et l'échange d'informations;
- e) Produits autorisés ayant un rapport avec la santé, en particulier aliments (y compris suppléments diététiques), médicaments (y compris médicaments biologiques), cosmétiques, dispositifs à usage médical, produits électroniques émetteur de rayonnements, et produits connexes;
- f) Systèmes de prestation de services de soins primaires et aspects relatifs à la participation des collectivités;
- g) Autres domaines de la santé publique tels que : hygiène du milieu, hygiène du travail, santé materno-infantile, lutte contre les vecteurs, lutte contre la rage chez le chien et traitement de la rage chez l'homme, vaccinations, prévention et prise en charge des maladies diarrhéiques et du choléra, MST/SIDA, promotion de la santé et participation des collectivités locales, villes et villages-santé, prévention et traitement des toxicomanies, cancer;
- h) Questions relatives aux groupes vulnérables : autochtones, femmes, personnes âgées, personnes en difficulté, enfants et adolescents, nutrition, migrants et populations frontalières;
- i) Coopération en cas de catastrophe naturelle;
- j) Renforcement des secteurs de la documentation et de la bibliographie en sciences médicales et en santé publique;
- k) Coopération pour l'échange de renseignements relatifs aux processus d'homologation des médicaments et autres fournitures à usage sanitaire;
- l) Coopération dans les secteurs des marchés d'approvisionnement (achats groupés) ainsi que de l'entreposage et la distribution de fournitures à usage sanitaire; et
- m) Tout autre secteur défini du commun accord des Parties.

### *Article III*

Les Parties collaborent notamment selon les modalités suivantes :

- a) Structure, établissement et mise en oeuvre de projets dans les domaines de coopération qui sont l'objet du présent Arrangement;
- b) Échange d'informations techniques et scientifiques;
- c) Visites de spécialistes et de praticiens;

- d) Recherches communes;
- e) Activités de formation de ressources humaines pour la santé;
- f) Organisation de forums, séminaires, ateliers, colloques et conférences.

*Article IV*

1. Les Parties conviennent que les activités dont il est question dans le présent Arrangement sont financées au moyen de crédits de leur budget respectif, sous réserve des disponibilités, des affectations de ressources, ainsi que des dispositions juridiques applicables.

2. Si elles le jugent nécessaire, les Parties peuvent recourir à d'autres mécanismes financiers différents pour l'exécution des projets et activités objets du présent Arrangement en s'adressant à des organismes internationaux, des pays tiers ou d'autres bailleurs de fonds.

3. Les frais sont répartis de façon appropriée dans le cadre du mécanisme de financement pour les activités spécifiques.

*Article V*

La coopération dont il est question dans le présent Arrangement ne porte nullement atteinte aux droits et obligations des Parties au titre des autres accords auxquels elles sont parties.

*Article VI*

En conformité avec leurs politiques, lois, règlements et procédures nationales, ainsi qu'avec les disponibilités financières et les ressources affectées à la mise en oeuvre de projets spécifiques, les Parties s'engagent à :

- a) Désigner chacune un coordonnateur ou responsable institutionnel des actions entreprises dans le cadre du présent Arrangement;
- b) Indiquer le montant des ressources disponibles pour financer le coût de leur propre participation à l'exécution des activités découlant du présent Arrangement;
- c) Assurer l'accompagnement et l'évaluation des actions menées dans le cadre du présent Arrangement.

*Article VII*

Les projets de coopération spécifiques qui sont élaborés en vue de réaliser les actions de coopération objets du présent Arrangement doivent préciser :

- a) Leur modalité de coopération;
- b) Leur durée;
- c) Leur phase d'exécution;
- d) Leur mode de financement;
- e) Leur dotation en ressources humaines et matérielles; et

f) Toute autre information jugée nécessaire à l'exécution du projet.

*Article VIII*

1. Aux fins de constituer un mécanisme d'accompagnement et de coordination des activités de coopération découlant du présent Arrangement, les Parties confient l'exécution de celui-ci à la Direction des relations internationales du Ministère de la santé de la République fédérative du Brésil et à la Direction générale des affaires internationales du Secrétariat fédéral à la santé des États-Unis du Mexique.

2. Les Parties constituent également un Groupe de travail formé d'un nombre égal de représentants de chaque Partie, qui se réunit tous les semestres à tour de rôle dans chacun des deux pays.

*Article IX*

1. Les agents fournis par chacune des Parties relèvent de la compétence et dépendent de l'institution à laquelle ils appartiennent et n'ont aucune relation d'emploi avec l'autre Partie, laquelle ne peut en aucun cas être considérée comme leur supérieur hiérarchique.

2. Les agents délégués par chacune des Parties à l'autre Partie sont assujettis, sur leur lieu de travail, aux dispositions de la législation nationale en vigueur dans le pays d'accueil. Ces agents ne peuvent se livrer à aucune activité étrangère à leurs fonctions ni recevoir aucune rémunération extraordinaire, sauf autorisation préalable des autorités compétentes.

3. Chacune des Parties est responsable des accidents et des préjudices matériels dont peuvent être victimes ses agents et leurs biens, indépendamment du lieu où les faits se produisent, et aucune des Parties ne peut recourir en justice contre l'autre, ni réclamer aucune indemnité à celle-ci, sauf négligence grave ou dol, auquel cas le paiement d'une indemnité appropriée est exigible.

4. Les fonctionnaires et experts de chacune des Parties désignés pour exercer une activité dans le territoire de l'autre Partie ont droit, sous réserve de réciprocité, aux facilités prévues par la législation de cette autre Partie.

*Article X*

1. Toutes les vérifications comptables et évaluations concernant les fonds administrés par chacune des Parties aux fins du présent Arrangement doivent être réalisées par la ou les personnes désignées à cette fin et selon leurs instructions.

2. Chacune des Parties garantit que les documents, renseignements et autres données résultant de la mise en oeuvre du présent Arrangement ne peuvent être ni divulgués ni transmis à des tiers sans le consentement préalable, par écrit, de l'autre Partie.

*Article XI*

Tout différend découlant de l'interprétation et de l'application du présent Arrangement doit être réglé du commun accord d'une commission formé d'un nombre égal de représentants de chacune des Parties, dont la décision est sans appel.

*Article XII*

1. Le présent Arrangement entre en vigueur à la date de sa signature pour une période de quatre ans et il est renouvelable pour des périodes de même durée, après évaluation, par échange de communications écrites entre les Parties.

2. Le présent Arrangement peut être modifié du commun accord des Parties par échange de communications écrites précisant la date à laquelle l'amendement entre en vigueur.

3. Chacune des Parties peut à tout moment dénoncer le présent Arrangement en adressant à l'autre Partie une notification écrite avec un préavis de 90 jours.

4. La dénonciation du présent Arrangement ne porte pas préjudice à l'achèvement des activités de coopération décidées alors qu'il était en vigueur.

Fait à São Paulo le 2 mai 2001, en deux exemplaires originaux, en portugais et en espagnol, les deux textes étant également authentiques.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :  
Le Ministre d'État à la santé,  
JOSÉ SERRA

Pour le Gouvernement des États-Unis du Mexique :  
Le Secrétaire d'État à la santé,  
JULIO FRENK MORA

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

AGREEMENT IN THE FIELD OF HEALTH, SUPPLEMENTARY TO THE  
BASIC AGREEMENT ON TECHNICAL AND SCIENTIFIC  
COOPERATION BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL  
AND THE UNITED MEXICAN STATES

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the United Mexican States

(hereinafter referred to as "the Parties"),

Considering that Article 1, paragraph 2, of the Basic Agreement on technical and scientific cooperation, signed at Brasilia on 24 July 1974, provides for the conclusion of supplementary agreements for the implementation of programmes and projects in fields of mutual interest;

Aware of the importance of cooperation in addressing common health problems and public health matters of mutual interest;

Prompted by the desire to strengthen relations between the Parties in the area of public health;

Have agreed as follows:

*Article I*

The objective of this Supplementary Agreement is to establish bases and mechanisms for cooperation between the Parties, with a view to carrying out technical and scientific cooperation activities in the area of public health, bearing in mind the following aspects:

- (a) strengthening existing relations between the institutions of the Federative Republic of Brazil and the United Mexican States in the field of health;
- (b) coordinating or supporting joint activities under this Agreement which are consistent with the activities and goals of international organizations, including the Pan-American Health Organization (PAHO) and the World Health Organization (WHO), and
- (c) encouraging, as necessary, the establishment of direct relations between institutions in the two countries which are not under the direct jurisdiction of the respective Governments and their executing agencies.

*Article II*

In order to achieve the objective set out in Article I, the Parties shall carry out cooperation activities in the following areas:

- (a) development of health services and training of health personnel, including, as much as possible, participation or advisory assistance by specialists and sub-specialists in solving specific problems;
- (b) technological and scientific research, transfer and development in the field of health, including, inter alia, the reform of the health sector, provision and financing of health services, demand subsidies and their modalities, evaluation of services and service provision, health technologies, health-care systems, long-term health services and non-institutional alternatives to extend coverage, particularly as relates to legislation defining the participation of states and municipalities in the financing of health systems;
- (c) biomedical and social research;
- (d) systems of basic information on health and epidemiology, incorporating telecommunications, statistical methodologies and the exchange of information;
- (e) controlled products related to health, specifically food (including dietary supplements), drugs and medicines (including natural remedies), cosmetics, medical equipment, electronic products which emit radiation and related products;
- (f) primary health-care systems and aspects relating to community participation;
- (g) other public health areas, such as: environmental health, occupational health, maternal-child health, vector control, canine rabies control and human rabies treatment, immunizations, prevention and control of diarrhoeal diseases and cholera; AIDS/STIs, health promotion and community participation, healthy municipalities and communities, prevention and treatment of substance abuse and cancer;
- (h) matters related to vulnerable groups such as indigenous people, women, elderly people, persons with special needs, adolescents and children, nutrition, migrants and frontier populations;
- (i) cooperation in the event of natural disasters;
- (j) strengthening of documentation and book stock in the medical science and public health fields;
- (k) cooperation in exchanging information about the registration process for medicines and other health products;
- (l) cooperation in administrative areas relating to acquisitions (consolidated purchases) and in the storage and distribution of health products, and
- (m) any other area identified by the Parties by mutual agreement.

*Article III*

Cooperation between the Parties may take place, inter alia, according to the following modalities:

- (a) design, establishment and development of projects in the areas of cooperation covered by this Agreement;
- (b) exchange of technical and scientific information;
- (c) visits by specialists and professionals;
- (d) joint research;
- (e) training of health personnel;
- (f) organization of forums, seminars, workshops, symposia and conferences.

*Article IV*

1. The Parties agree that the activities covered by this Agreement shall be financed through funds set aside in their respective budgets, subject to the availability of such funds, the allocation of resources and the applicable legal provisions.

2. Should they deem it necessary, the Parties may arrange for alternative financing mechanisms for developing the projects and activities covered by this Agreement, through international organizations, other countries or other sources.

3. Costs under the alternative financing mechanism for specific activities shall be borne jointly, as deemed appropriate.

*Article V*

The cooperation referred to in this Agreement shall not affect the Parties' rights and obligations under other agreements to which they are parties.

*Article VI*

In conformity with their national policies, laws, regulations and procedures, as well as the availability of funds and allocation of resources for the development of specific projects, the Parties undertake to:

- (a) designate, each in turn, a Coordinator or institution bearing primary responsibility for the activities undertaken in the framework of this Agreement;
- (b) allocate the necessary resources to meet the costs of its participation in the implementation of the activities under this Agreement;
- (c) follow up and evaluate the activities undertaken in the framework of this Agreement.

*Article VII*

In order to carry out the cooperation activities covered in this Agreement, specific cooperation projects will be drawn up, which shall include the following:

- (a) modality of cooperation;
- (b) duration;
- (c) implementation phase;
- (d) financing modalities;
- (e) allocation of human and material resources; and
- (f) any other information considered necessary for the implementation of the project.

*Article VIII*

1. To provide an appropriate mechanism for follow-up and coordination of the cooperation activities covered by this Agreement, the Parties shall designate a Directorate-General for International Affairs in the Ministry of Health of the United Mexican States and a Department of International Affairs in the Ministry of Public Health of the Federative Republic of Brazil, as the units responsible for the implementation and evaluation of this Agreement.

2. Similarly, the Parties shall establish a Working Group made up of an equal number of representatives of each Party, to meet twice annually, alternating between the two countries.

*Article IX*

1. Personnel appointed by each of the Parties shall remain under the direction and supervision of the institution to which they belong, hence no labour relations shall be established with the institution of the other Party, which shall in no case be considered a substitute employer.

2. Personnel sent by one of the Parties to the other shall be subject to the provisions of the national legislation in force while working in the receiving country. They shall not practise any other activity apart from their duties, or receive any remuneration whatsoever for duties other than those agreed, without prior authorization from the competent authorities.

3. Each of the Parties shall be responsible for any accidents sustained by its personnel or for damage to its property, irrespective of the place in which such accidents or damage may occur, and shall not initiate any action or make any claim against the other Party, unless the accidents or damage in question resulted from serious neglect or wilful misconduct, in which case appropriate compensation shall be paid.

4. Officials and experts from each Party appointed to work in the territory of the other shall be granted the facilities set forth in the national legislation of the other Party, on a reciprocal basis.



*Article X*

1. Any audit or evaluation work relating to the funds administered by each of the Parties for the purposes of this Agreement shall be conducted with and by the person(s) designated by each Party.

2. Each of the Parties shall guarantee that the documents, information and other data resulting from the implementation of this Agreement are not revealed or transmitted to third parties without prior written consent from the other Party.

*Article XI*

Any dispute arising from the interpretation and implementation of this Agreement shall be resolved by mutual agreement through a commission made up of an equal number of representatives of both Parties, whose decisions may not be appealed.

*Article XII*

1. This Agreement shall enter into force from the date on which it is signed and shall be of four (4) years' duration, renewable for additional periods of equal duration, following an evaluation and written communication between the Parties.

2. This Agreement may be amended by mutual consent of the Parties, through written communications specifying the date of its entry into force.

3. Either of the Parties may terminate this Agreement at any time by giving ninety (90) days' written notice to the other Party.

4. Early termination of this Agreement shall not affect the conclusion of cooperation activities drawn up while it was in effect.

DONE at São Paulo, on 2 May 2001, in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally valid and authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

JOSE SERRA  
Minister of Health

For the Government of the United Mexican States:

JULIO FRENK MORA  
Minister of Health

